

Riqueza e miséria do trabalho no Brasil

RESENHAS

Ricardo Antunes (org.).
São Paulo, Boitempo Editorial, 2006, 528 p.
(Mundo do Trabalho).

EDILSON JOSÉ GRACIOLLI *

Resultado da pesquisa “Para onde vai o mundo do trabalho? As formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil”, o livro *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* está estruturado em três partes.

Na Parte I, “Explosão do desemprego e as distintas modalidades de precarização do trabalho”, Ricardo Antunes, István Mészáros e Luciano Vasapollo enfrentam o que se pode designar como um conjunto de determinações mais gerais da atual ofensiva do capital sobre o trabalho, no sentido da imbricação que apresentam a informatização, a informalização, o desemprego, a precarização e os desafios que isto tudo coloca para um projeto de esquerda. Márcio Pochmann encerra essa parte inicial com um capítulo sobre os desempregados no Brasil.

A Parte II, “As formas diferenciadas da reestruturação produtiva do capital e a nova morfologia do trabalho” reúne quinze capítulos, nos quais as transformações no processo produtivo havidas em ramos como automotivo, metalúrgico, bancário, telecomunicações, telemarketing, têxtil e calçadista, ao lado de questões como a do trabalho imaterial, a das relações de gênero e a da informalidade são trazidas à tona no plano analítico, a partir das respectivas pesquisas empíricas que os diversos autores realizaram.

A última Parte, “Dimensões da crise do sindicalismo: caminhos e descaminhos”, se dedica a examinar os impactos daquela ofensiva do capital sobre uma das organizações mais tradicionais dos trabalhadores, os sindicatos, seja no plano internacional (Ariovaldo de

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

Oliveira Santos), seja no nacional (Giovanni Alves), bem como as relações entre qualificação profissional e sindicalismo (José dos Santos Souza) e o movimento pela desregulamentação dos direitos trabalhistas (Ricardo Antunes).

Trata-se de um livro produto de intenso e persistente esforço coletivo de pesquisa, por si só característica que o credencia ao debate sobre as transformações que vêm marcando o processo de trabalho na ordem contemporânea do capitalismo brasileiro. Os capítulos iniciais se voltam, em larga medida, para uma dupla pretensão: (i) apreender o "... elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista..." (p. 45), exatamente o trabalho atípico e a precariedade com que, na atualidade, se dão as relações de compra e venda da força de trabalho; e (ii) explicitar o terreno em que um projeto de esquerda, para além do capital (Mészáros), precisa atuar e recolocar a perspectiva socialista.

Destacam-se, na primeira pretensão, o mapeamento das formas de precarização do trabalho na realidade italiana e a correlata destruição dos direitos trabalhistas empreendida pelo governo Berlusconi. Quanto à segunda, ganham ênfase as teses de que o desemprego e a precarização atingem todos os setores do trabalho, inclusive nos países capitalistas centrais, e a de que isto se deve, fundamentalmente, a uma "equalização descendente da taxa de exploração diferencial" (p. 28).

Estamos, portanto, diante de autores que reiteram a necessidade de uma

economia política para nossos tempos e, no campo da política, de uma retomada do projeto socialista, que, simultaneamente, leve em conta as formas de ser que constituem, como diria Lukács, a causalidade posta e que busquem nesta intervir, ainda com Lukács, com uma teleologia radicalmente distinta, a de uma ordem socioeconômica não mais assentada na lógica do trabalho abstrato (tempo de trabalho necessário), mas numa emancipação humana que comece com a emancipação do trabalho, sem a ela se limitar.

A realidade brasileira, nesse momento da obra, é contemplada pelo binômio informatização e informalização, evidenciando-se que uma não se afirma sem a outra, daí a idéia de riqueza (potencialidade) e miséria (efetividade) nos marcos das relações sociais de produção capitalistas e na periferia do sistema mundial produtor de mercadorias, como diria Robert Kurz.

A questão do desemprego é realçada pelo texto de Pochmann, que sustenta que a ausência de crescimento econômico sustentado nas últimas décadas e a adoção do receituário neoliberal pelo Estado brasileiro foram as principais causas desse fenômeno, relativizando, assim, o chamado desemprego tecnológico. Os dados apresentados em profusão confluem, também, para a constatação de que "... nas faixas mais baixas de renda, o desemprego é mais elevado que a média para todas as classes (...) [e que] as taxas de desemprego cresceram mais rapidamente para

os indivíduos com rendimentos mais elevados entre 1992 e 2002". Pochmann contribui para a desmistificação do que tanto anima ideólogos capitalistas contemporâneos, que vêm resgatando a teoria do capital humano (sic), para os quais o problema do desemprego estaria na baixa empregabilidade (sic) dos trabalhadores. O autor conclui que, para os mais pobres, "... a elevação da escolaridade tem significado taxas progressivamente mais altas de desemprego" (p. 73).

Ao longo dos quinze capítulos em que resultados de pesquisas específicas são mostrados, o leitor encontrará textos com riqueza de dados empíricos e algumas inferências teóricas bem interessantes e fundamentadas. Em geral, percebe-se um equilíbrio inclusive nas dimensões dos mesmos, o que também contribui para um bom panorama sobre o que tem caracterizado os ramos produtivos analisados por essas pesquisas. Mas todos, indistintamente, revelam uma preocupação com a perspectiva de, para além do fenomênico, apreender os nexos determinantes dos respectivos objetos de estudo. Uma observação crítica, entretanto, diz respeito à afirmação, segundo a qual, em relação a um determinado grupo de trabalhadores, teria se percebido uma valorização de "... estratégias de resistência ofensivas e de confronto com o capital diante do processo de reestruturação produtiva..." (p. 154). Os elementos analíticos e descritivos apresentados não se coadunam com um horizonte supostamente de ofensiva do trabalho sobre o movimento do capital.

Os quatro capítulos que finalizam o livro são bastante relevantes, precisamente porque abordam, dois deles, as organizações e alternativas que, nacional e internacionalmente, os trabalhadores têm levado a termo, num quadro de crise do sindicalismo e de hegemonia neoliberal, mas também na plena vigência de antagonismos estruturantes e reciclados da ordem do capital, o que sempre (re)coloca a possibilidade da resistência do trabalho.

Ariovaldo Santos, referindo-se à crise sindical internacional, diz que a defensividade sindical é sua característica mais evidente, no sentido de que tem havido sérias dificuldades para a "... organização das categorias para a defesa dos direitos sociais e trabalhistas adquiridos, assim como para sua ampliação", o que, entretanto, não significa a inexistência de formas de resistência, como alguns casos emblemáticos na metade final dos anos 1990.

Giovanni Alves não deixa margem a dúvidas quanto a uma das principais misérias do que se propõe a examinar, o pragmatismo sindical: "... o núcleo hegemônico do sindicalismo brasileiro da década de 200 está carente de utopia social capaz de mobilizar lideranças de base e desenvolver a consciência de classe". Este é um aspecto decisivo aos que se colocam a tarefa de pensar as razões pelas quais, não obstante haver um agravamento da crise social, na direção de uma ampliação da "matéria prima da revolução" (Marx), não se dá a emergência de uma "paixão revolucionária"

(ainda Marx). A perda da referência socialista é uma dimensão trágica para uma perspectiva que se recuse a conceber o presente como definitivo. O que Gramsci chamava de força permanentemente acumulada, sem a qual as crises econômicas não abririam possibilidades para uma nova civilização, é o que está em questão. A miséria contemporânea do trabalho inclui, se inicia até, na guerra de movimento empreendida pelo capital, mas é igualmente expressão de uma inerente dimensão relacional, em que o pólo do antagonismo representado pelos trabalhadores se encontra, quando muito, numa luta defensiva, mas, por vezes, em claro recuo, sendo este o resultado também do abandono do projeto socialista.

José dos Santos Souza participa da coletânea com um instigante texto sobre as políticas de qualificação profissional e a ação dos sindicatos na atualidade, indicando que, a rigor, tem se estabelecido nesta relação uma "... construção de consenso em torno da concepção burguesa de formação do trabalhador", como base para um consenso ativo, ao invés de uma disputa pela hegemonia por parte dos trabalhadores.

Ricardo Antunes encerra a obra com uma reflexão sobre a construção e a desconstrução da legislação social no Brasil, em que são analisadas as propostas de reformas sindical e trabalhista produzidas no Fórum Nacional do Trabalho, arranjo tripartite que, a bem da verdade, apresenta claros contornos de prosseguimento com as diretrizes do governo anterior (Fernando Henrique Cardoso), relativamente a duas das mais desejadas reformas pelas classes dominantes.

Como conclusão, cabe dizer que, considerando haver um refluxo das propostas socialistas, teria sido interessante a presença no livro de um capítulo que explorasse exatamente essa lacuna do trabalho na contemporaneidade. Qual agrupamento com lastro social relevante, partidário ou de outra natureza, se articula, teórica e praticamente, nessa direção? E quais são as determinações dessa miséria?

Pelo desenho que faz das mudanças no processo de trabalho e de seus impactos nas formas de ser das classes trabalhadoras e suas organizações, o livro aqui resenhado é de inegável relevância ao pensamento crítico, tanto á sociologia do trabalho, quanto para o conjunto das ciências sociais.

GRACIOLLI, Edilson. Resenha de: ANTUNES, Ricardo (org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, 528 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.25, 2007, p.149-152.

Palavras-chave: Trabalho; Brasil; Informatização; Informatização.